

ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA *ON LINE*

Ivana Alves Monnerat de Azevedo¹ - ivanamonnerat@ueg.br

RESUMO

O estudo, de natureza bibliográfica visa incitar uma tomada de consciência da realidade educacional, em conformidade com as perspectivas históricas e as proposições legais concernentes à Formação de Professores a Distância *On line*, em consonância com o contexto de globalização econômica, a partir da década de 1990 que conduziu à implantação de novas políticas públicas que incidem no destaque de algumas reflexões que podem contribuir para a identificação e para o enfrentamento dos problemas existentes para que seja possível redimensionar, transformar e/ou enriquecer os aspectos constitutivos da prática pedagógicos nas instituições de ensino superior e oferecer subsídios ao aperfeiçoamento de propostas neste campo.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Ensino Superior. Educação a Distância. Formação de Professores.

Introdução

A discussão e as pesquisas alusivas à formação de professores, em nível superior - Curso de Graduação no Brasil não é tão recente, mas ganha novos contornos ao ser associada às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) modalidade a distância *on line*, consistindo em um dos principais desafios da sociedade contemporânea.

O perfil do ensino superior contextualizado no cenário nacional ao longo dos anos de 1990 e que perduram nas propostas educativas atuais descortina-se por meio de mudanças ocorridas na gestão do trabalho face à evolução da política econômica do capitalismo mundial que se consolidam, por meio das políticas públicas, pelas reformas educacionais e pela redefinição do processo de governança do Estado, associado às manifestações globais de inserção de novos padrões de produção, de consumo e de formação profissional que correspondam ao avanço do neoliberalismo.

Nesse direcionamento, a reestruturação do capitalismo empreendida em meados de 1970 e intensificada na década de 1990 conduziu às modificações significativas, tanto nos planos produtivos, nos novos padrões de gestão e de organização de trabalho, como nos planos político-econômico e educacional.

¹Professora do Curso de Pedagogia da Unidade de Ciências Sócio-econômicas e Humanas (UnUCSEH) de Anápolis/UEG. Graduada em Pedagogia (UniEvangelica). (Universo). Mestre em Educação (UNB).

Revisão Bibliográfica

A discussão e as pesquisas alusivas à formação de professores, em nível superior - Curso de Graduação no Brasil não é tão recente, mas ganha novos contornos ao ser associada às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) modalidade a distância *on line*, consistindo em um dos principais desafios da sociedade contemporânea.

O perfil do ensino superior contextualizado no cenário nacional ao longo dos anos de 1990 e que perduram nas propostas educativas atuais descortina-se por meio de mudanças ocorridas na gestão do trabalho face à evolução da política econômica do capitalismo mundial que se consolidam, por meio das políticas públicas, pelas reformas educacionais e pela redefinição do processo de governança do Estado, associado às manifestações globais de inserção de novos padrões de produção, de consumo e de formação profissional que correspondam ao avanço do neoliberalismo.

As mudanças ocorridas no mundo ocasionadas pela globalização da economia, pelo desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação provocaram transformações nos diferentes campos - econômicos, sociais, políticos e culturais trazendo novos desafios para o mercado de trabalho. Segundo Batista (1998, p.126), a globalização consiste em um: “[...] processo de internacionalização das práticas capitalistas, com forte tendência à diminuição ou, o desaparecimento das barreiras alfandegárias [...]. Consiste, pois, na liberdade total para a absorção de Capital no mundo.

No Brasil, o Neoliberalismo iniciou-se na década de 1990, após a adesão do país ao Consenso de Washington, em 1989. Devido a sua significativa dívida externa capitulou e se sujeitou às políticas de liberalização financeira, comercial e de desregulamentação cambial, cujo principal objetivo foi a atração de recursos externos e a redução do intervencionismo estatal, cuja inserção no novo quadro financeiro se deu de forma subordinada. (FIORI, 1995).

Assim, em um contexto marcado pela globalização, por uma produção e disseminação acelerada de informação que passaram a condicionar a liberação de recursos para o Brasil conduziu para uma dinâmica macroeconômica extremamente instável e estruturada, por meio de profundas mudanças capitaneadas por sucessivos governos.

Essa conjectura acarretou na necessidade de mudança no papel do Estado Nacional, não a sua extinção, mas a sua reconfiguração e suas relações no cenário internacional, impulsionando, portanto, a discussão sobre os novos meios e padrões de articulação entre indivíduos, organizações, empresas e o próprio Estado.

Para Chauí (2001), a Reforma do Estado brasileiro tem por finalidade modernizar e racionalizar os serviços estatais. Trata-se de repensá-los e distribuí-los em setores, sendo que um desses seja designado “Setor de Serviços Não-Exclusivos do Estado”, o qual pode ser desenvolvido por instituições não estatais, na qualidade de prestadoras de serviços.

Nesse cenário de globalização, a educação, enquanto fenômeno social, não ficou de fora das mudanças do contexto social e econômico e passou a ser vista como elemento fundamental para ampliar a inserção dos países diante à nova conjuntura produtiva.

Uma das principais recomendações dos organismos multilaterais, referente ao ensino superior está diretamente relacionada à redução da contribuição direta do Estado no seu financiamento, ou seja, parte do princípio o que é gratuito deve se tornar serviço pago pelos estudantes que, para tanto, recebem empréstimos do Estado ou Bolsas de Estudo.

Em suas recomendações e investimentos, essas organizações enfatizam a observância referente aos aspectos relativos à reorganização do tempo escolar; ênfase na expressão operativa do currículo, como também, na necessidade precípua da melhoria dos conhecimentos dos professores, privilegiando-se a formação continuada e estimulando os sistemas de educação a distância.

Com a promulgação da nova LDB 9.394/96, as políticas em relação à EAD passaram a ser definidas e organizadas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), intensificando o uso de recursos tecnológicos variados, por meio da educação a distância *on line* de maneira abrangente, perdendo sua condição de simples recurso suplementar da educação formal ou de modalidade experimental, para se tornar uma modalidade efetiva.

No Título VIII, Das Disposições Gerais, Artigo 80 da referida Lei prevê que “[...] o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Posteriormente, os Decretos publicados no

Diário Oficial da União – nºs 2.561 (27/04/1998) e 5.622 (20/12/2005) detalharam o funcionamento desta modalidade de Ensino e a caracterizam como um processo no qual o ensino e a aprendizagem são construídos, a partir da utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação, dentre essas, o computador.

As diretrizes inerentes a essas novas propostas oriundas do foram configuradas também, no Plano Decenal de Educação (1993-2003), no Planejamento Político Estratégico (1995-1998) e no Plano Nacional de Educação (2001).

Com vistas à expansão do ensino superior a distância o MEC criou em 2005 a Universidade Aberta do Brasil (UAB) visando, dentre outras ações, a criação de políticas de Gestão da Educação a Distância, a expansão da oferta do ensino superior público e gratuito tendo como prioridade a formação de professores para a Educação Básica. (MOTA, CHAVES SILVA E CASSIANO, 2006).

Dessa forma, o Estado aprimora, gradualmente, o processo de ensino, proporcionando o atendimento a um número expressivo de pessoas, em menor tempo e com menores custos ao governo, bem como ampliar as estatísticas educacionais do país, apresentando a educação a distância como solução para os problemas do sistema educacional e da formação profissional de professores da educação básica e a busca de elementos contundentes à averiguação da qualidade do ensino ali ministrado.

Material e Métodos

O estudo, de natureza exploratória foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica à luz das análises teóricas e práticas concernentes à temática esquecidas pela análise documental que instituem a efetivação da educação a distância (EaD) *On line* no ensino superior, especificamente, nos cursos de formação inicial de professores.

Conclusões

Atualmente muitas são as discussões em torno da questão da formação do professor, de forma específica, por meio da EaD *On line*, pois, é incentivada, de forma intensa pelos organismos

multilaterais. Essas discussões apontam para um futuro pleno de perspectiva, como também coloca esses futuros docentes e as instituições formadoras frente a frente com os conflitos, problemas e inovações do mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, o ápice da abertura de cursos de graduação a distância *on line* em todo o país na atualidade consiste no resultado dos incentivos promovidos por parte dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas, que realizam um grande movimento, pela instauração de um novo modelo de formação superior.

A formação de professores, em nível de graduação *on line* apresenta-se hoje como uma modalidade de educação repleta de potencialidades e de desafios, capaz de ultrapassar os limites de espaço e tempo na medida em que, ao envolver diferentes meios de comunicação, torna possível o acesso a diversas fontes de informação, promovendo a autonomia do aprendiz, por meio do estudo flexível e independente.

Entretanto, também é uma modalidade de ensino que requer um projeto educacional que, além de atender as peculiaridades existentes intensifique uma reflexão refletir acerca dos processos de formação, considerando como os docentes constroem seus conhecimentos e sua prática educativa privilegie a comunicação, a aprendizagem, a aquisição de competência e habilidades profissionais e não somente, a localização do processo de educação, de formação e de atuação profissional.

Referências Bibliográficas

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. **Mitos da Globalização: Estudos Avançados**. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Imprensa Oficial. Diário Oficial da União. (D.O.U), 23 de dezembro de 1996.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A Universidade Operacional. In: **Folha On Line**. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.uol.scielo.php?pid>. Acesso em: 12/07/2011.

FIORI, J.L. **Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos** sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

MOTA, R.; CHAVES FILHO, H. CASSIANO, W. S. Universidade Aberta do Brasil: democratização do acesso à educação superior pela rede pública de educação a distância. In: **Desafios da educação a distância na formação de professores**. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, 2006.